

“A natureza da delinquência juvenil mudou”

Maria João Leote de Carvalho, investigadora da Universidade Nova de Lisboa, elenca maiores desafios na área da delinquência juvenil que a nova DGRSP enfrenta.

Ana Cristina Pereira

26 de Novembro de 2024, 6:56



Centro Educativo Navarro Paiva PAULO PIMENTA

- Ler também: [Além de segurança, aos novos directores das cadeias pede-se mais reinserção social](https://www.publico.pt/n2112871) (<https://www.publico.pt/n2112871>).

A delinquência juvenil está a aumentar em volume e em complexidade. E é “dramática” a escassez de recursos humanos, especialmente de técnicos de reinserção social, alerta Maria João Leote de Carvalho, especialista em direitos da criança, delinquência, violência e crime.

Pondo-se no lugar dos novos responsáveis pela Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que tomam posse esta terça-feira, e atendendo ao que tem estudado, vê imensos desafios na área da justiça juvenil. “Uma parte são problemas de fundo que se arrastam há mais de década e meia.”

Julga que tudo "começa pelo erro que foi a integração da justiça juvenil numa entidade como a DGRSP". Isso "levou à subalternização da sua identidade e intervenção, cuja natureza é claramente diferenciada da acção dos serviços prisionais". "Por ser uma área estatisticamente muito menos expressiva em comparação com a justiça penal, esta menorização sai reforçada, independentemente da vontade das pessoas que dirigem a DGRSP."

É uma realidade específica, aquela. “A natureza da delinquência juvenil (<https://www.publico.pt/delinquencia-juvenil>) mudou significativamente nos últimos anos”, enfatiza a investigadora, que está a fazer um pós-doutoramento na área. “Muitos dos modelos de actuação são transnacionais e facilmente as conexões e replicação de actos violentos se sucedem, como o uso de armas.” Ao mesmo tempo, emergem novas práticas “em ambientes digitais, como a partilha de vídeos, fotos e outros conteúdos sem consentimento”. E tudo isto “traz a necessidade de se repensar os modelos e instrumentos de intervenção”.

Já antes da pandemia de covid-19, as forças de segurança enfrentavam um número crescente de ocorrências de delinquência juvenil (12-16 anos). “Essa tendência veio a confirmar-se nos últimos anos, estendendo-se ao grupo dos jovens adultos abrangidos pela justiça penal.”

Perante o aumento de ocorrências e a intensificação do grau de violência, vem-lhe à memória a delinquência de 1995-2000, que levou a uma reforma na justiça juvenil. Foi quando o sistema de protecção de crianças e jovens em perigo e o sistema de justiça juvenil se dividiram.

Hoje, observa uma “maior envolvimento dos mais novos”. E uma "diversificação dos grupos, que se identificam como gangues e cujas rivalidades estão na origem de actos de grande violência”.

“A justiça juvenil continua a intervir em larga medida junto de jovens cujas trajectórias estão marcadas por outros graves problemas sociais e parte significativa tem ou teve associado intervenção do sistema de promoção e protecção (<https://www.publico.pt/2021/11/11/sociedade/noticia/delinquencia-juvenil-80-jovens->

chegam-centros-educativos-sistema-proteccao-falhar-1984262)”, ressalta. “A necessidade de uma efectiva interactividade entre os dois sistemas é uma prioridade desde há muito identificada e também trabalhada, mas cujos resultados estão longe de ser satisfatórios.”

Embora não se fale tanto, também tem crescido “o número de jovens com intervenção simultânea da justiça juvenil e da justiça penal”. Tanto que Maria João Leote Carvalho está convencida de que “os jovens adultos (16-21 anos) constituem um dos maiores desafios que se colocam à DGRSP”.

“Há necessidade de pensar programas e medidas mais dirigidos a este grupo etário junto do qual é muito complexa a intervenção, pela fase de transição para a vida adulta em que se encontram num mundo marcado cada vez mais por riscos e incertezas”, alerta. “A gratuidade da violência nas práticas destes jovens e a falta de empatia pelo outro que é a vítima exigem muito trabalho que além da DGRPS deveria implicar mais as comunidades de origem.”

A especialista chama ainda a atenção dos novos dirigentes para a prevalência de problemas de saúde mental. “A necessidade de respostas especializadas em função de certos comportamentos é uma questão que vem a ser pensada na DGRSP e se espera ver mais concretizada sendo a intervenção de prevenção a resposta fundamental para que muitas destes casos não evoluam negativamente.”

É conhecida a falta de técnicos superiores e profissionais de reinserção social nos seis centros educativos (<https://www.publico.pt/2024/04/17/sociedade/noticia/130-jovens-internados-centros-educativos-final-marco-2087288>), onde um total de 148 jovens cumpriam medidas tutelares em Agosto. No entender desta investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, também há que dotar as equipas tutelares educativas na comunidade de mais meios humanos “uma vez que são o centro da intervenção da justiça juvenil, desde o início da intervenção, passando pela avaliação, até à execução da maioria das medidas tutelares educativas aplicadas pelos tribunais”.

Maria João Leote Carvalho constata que “o volume de trabalho é enorme”. E que só “o elevado profissionalismo e dedicação tem evitado um ainda maior colapso do sistema”.

Parece-lhe fundamental valorizar a carreira

(<https://www.publico.pt/2024/10/19/sociedade/noticia/pais-chegou-22-jovens-espera-vaga-centro-educativo-2108543>) de técnico profissional de reinserção social para que estes queiram continuar a trabalhar no sector, em vez de usarem os concursos que se vão abrindo como trampolim para outras carreiras da administração pública.



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- ✕ X
- 📷 Instagram
- in LinkedIn
- 📺 Youtube
- 📡 RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
- Jogos
- Newsletters exclusivas
- Estante P
- Opinião
- Assinar

Informação legal

- Principais fluxos financeiros
- Estrutura accionista
- Regulamento de Comunicação de Infracções
- Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

[Gerir cookies](#)

[Ajuda](#)

[Termos e condições](#)

[Política de privacidade](#)

EMAIL MARKETING POR



